

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA SETORIAL DA  
AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE FORTALEZA - AGEFIS**

Data	22/12/2015 Horário: 10hrs.
Local	Sede da AGEFIS – Av. Antônio Sales, nº 1885, 6º andar – Dionísio Torres.
Participantes	<p><b><u>Bancada do Governo:</u></b></p> <p>Titulares:</p> <p>a) Marcelo Jorge Borges Pinheiro – matrícula 1062211. b) Rodrigo Antônio Pordeus do Nascimento – matrícula 6251306. c) Eduardo Sérgio Carlos Castelo – matrícula 1071351.</p> <p>Suplentes:</p> <p>a) Marcos Antônio Brasil – matrícula 1071361. b) Fábio Gondim Ribeiro – matrícula 10738701.</p>
	<p><b><u>Bancada dos Servidores:</u></b></p> <p>Titulares:</p> <p>a) Ana Lúcia Oliveira Viana – matrícula 0716401. b) Haroldo Jorge de Bittencourt Vieira – matrícula 1159901. c) Marta Cristina Jucá Policarpo – matrícula 8717501.</p> <p>Suplentes:</p> <p>a) Amanda Maia de Oliveira – matrícula 8714001. b) Francisco Jair Moreira Caetano – matrícula 9065201. c) Raimundo Oliveira Dutra – matrícula 1149801.</p>

**Pauta da Reunião**

- Aprovação entre os membros do texto proposto para o novo Decreto da GEFAE.
- Análise e discussão de assuntos pendentes à conclusão dos trabalhos do GT.

**Ata da Reunião**

1. Antes de dar início à reunião, o membro da Bancada do Governo, Superintendente Marcelo Pinheiro, fez menção ao Dia do Fiscal Municipal, comemorado no presente dia 22/12, ressaltando a importância da data, a qual foi uma merecida homenagem conquistada recentemente por iniciativa da própria gestão, e parabenizando os fiscais presentes à reunião. Mencionou também que há exatamente 1 ano ocorreu a votação que aprovou a criação da AGEFIS, evento este que deve igualmente ser comemorado como uma grande conquista da fiscalização.
2. Em seguida, a Secretaria Executiva deu os seguintes avisos:
  - a) que os presentes devem assinar a lista de frequência;
  - b) que a Ata impressa da 1ª reunião extraordinária da Mesa estava sendo disponibilizada

- para que os presentes ratificassem sua aprovação por meio de assinaturas;
- c) que os relatórios de todas as reuniões do GT seriam disponibilizados aos membros da Mesa por email para conhecimento e eventuais dúvidas ou sugestões, além de estarem disponibilizados em meio impresso junto à Secretaria, devendo ser posteriormente assinados;
  - d) que a duração da reunião é de no máximo 2hrs, e que, portanto, os membros devem colaborar para que o prazo não seja extrapolado, como ocorreu na reunião anterior;
  - e) que suplentes não têm direito a voto.
3. Aberta a Reunião, o Superintendente Marcelo Pinheiro resumiu a pauta discutida na reunião extraordinária anterior (10/12/2015), bem como os encaminhamentos resultantes desta.
4. Em seguida, propôs aos presentes, especialmente aos membros da Bancada dos Servidores, uma reflexão acerca da relação entre a AGEFIS e a AFIM, ressaltando a importância de que seus dirigentes procurem disseminar e preservar entre os membros uma boa imagem do trabalho e da parceria que vem sendo construída. Reforçou que a AGEFIS trabalha lado a lado com a AFIM e os fiscais e busca os mesmos objetivos da categoria, mas que, para construir um ambiente de trabalho melhor para todos, é necessário que se estabeleça uma relação aberta, transparente e pautada na verdade. Esclareceu também que as questões financeiras não podem ser decididas pela AGEFIS, mas tão somente pelos órgãos competentes, mas que a Bancada do Governo tem empenhado esforços para que as demandas da categoria sejam atendidas, ainda que se saiba que as decisões da gestão não podem surtir efeitos imediatos, o que não significa desídia por parte do governo, mas apenas características organizacionais. Mencionou também o fato de algumas notícias terem sido veiculadas na imprensa nas quais a AFIM afirmara não existir diálogo com a gestão, o que não condiz com a verdade. Exemplificou citando o episódio do dia 08/12/15, em que a categoria organizou uma manifestação em frente à AGEFIS, ocasião em que a superintendência recebeu prontamente os fiscais para uma conversa, ainda que sem comunicação ou agendamento prévios. Em complemento, o Sr. Rodrigo Pordeus enfatizou que a AGEFIS somente existe com os fiscais e que tem sido feito o possível para dar condições de trabalho a todos os fiscais que já estão e os que virão a estar aqui. Afirmou, ainda, que AGEFIS está do mesmo lado da categoria, porém que isso não significa, infelizmente, que será possível atender a todas as demandas feitas pela categoria.
5. Em resposta, a Sra. Ana Lúcia afirmou que a postura da AFIM tem sido de respeito e verdade, porém que, por ser um pleito antigo e complicado, gera desgaste nas relações. Ressaltou que a imprensa é de suma importância para a divulgação dos atos da AFIM. Demonstrou sua frustração quanto à dificuldade que a categoria tem de ter visibilidade e prioridade nas suas demandas junto à gestão (no Poder Executivo e Legislativo), especialmente em comparação com outras categorias, que, segundo afirmou, conseguem resultados/respostas a seus pleitos muito rapidamente (citou como exemplo a SEFIN e a EMLURB). Em seguida, agradeceu à Superintendência a lembrança pelo Dia do Fiscal, afirmando que a categoria tentou organizar uma mobilização para o dia de hoje, mas não foi possível, e informou que uma assembleia seria realizada na tarde deste mesmo dia, no Sindicato dos Bancários. Comunicou também que não é desejo da categoria fazer greve, uma vez que considera a greve uma afronta danosa a ambos os lados, porém que tal decisão dependerá das negociações com a gestão. Afirmou ainda que a AFIM em nenhum

momento afrontou ou fez ofensas pessoais ao prefeito ou a qualquer outro gestor do município. Por fim, elogiou a construção da nova sede e a escolha do local para fazer a confraternização de Natal, e afirmou considerar esses aspectos muito positivos para a relação entre AGEFIS e fiscais.

6. Em seguida, o Sr. Rodrigo Pordeus, da Bancada do Governo, deu início à apresentação do texto final do decreto da GEFAE (anexo), conforme acertado na 1ª reunião extraordinária do GT, quanto aos seguintes pontos:
  - a) Meta Global: Não houve consenso no GT.
  - b) Pontuação em dobro no Natal e Ano Novo: A redação proposta no GT pela Bancada do Governo não ficou clara, então concordou-se em manter a redação anteriormente apresentada pela Bancada dos Servidores.
  - c) Pontuação para os fiscais PNE: Acertou-se o texto quanto ao assunto.
  - d) Pontuação para todos os fiscais designados para uma mesma O.S.: Acertou-se o texto quanto ao assunto.
  - e) GEFAE para fiscais cedidos: Acertou-se o texto quanto ao assunto.
  - f) Desvio padrão para o chefe: Não houve aceitação da proposta por parte da Bancada dos Servidores, portanto a previsão foi retirada do texto do Decreto.
  - g) Correção do valor do ponto de acordo com o incremento da arrecadação: Acertou-se o texto quanto ao assunto.
  - h) As observações previdenciárias estão pendentes de análise e decisão por parte da SEPOG.
  - i) Foi retirado o §2º do art. 5º do Decreto, que trata acerca do período aquisitivo necessário para o recebimento da GEFAE em algumas hipóteses de afastamento, por se considerar que a hipótese já se encontra amparada pelo caput do art. 5º.
7. Após feita a apresentação, abriu-se a discussão novamente quanto à Meta Global. O Sr. Marcelo Pinheiro, da Bancada do Governo, questionou se a exigência da Bancada dos Servidores sobre a Meta Global é para garantir que os fiscais recebam o valor de R\$1.510,00. Questionou, também, se esse valor puder ser garantido pela gestão em outra rubrica (por. ex., VB ou VPR), se a Bancada dos Servidores concordaria em retirar a Meta Global da fórmula da GEFAE. A Bancada dos Servidores respondeu afirmativamente aos dois questionamentos.
8. A Sra. Ana Lúcia, da Bancada dos Servidores, enfatizou que a exigência é de que os R\$1.510,00 estejam garantidos. Afirmou que pode ser por meio de VB ou de VPR, porém que o processo para modificação de tais rubricas é mais demorado, por depender de votação do Poder Legislativo municipal, por isso a busca da categoria por um meio mais rápido. A Bancada dos Servidores afirmou, ainda, acreditar na possibilidade de se deixar o valor em questão como parcela fixa da GEFAE. A Bancada do Governo discordou da proposição, afirmando que o valor exigido pela categoria deve ser discutido no âmbito do PCCS dos fiscais municipais, não no âmbito da GEFAE, esta que deve refletir apenas e verdadeiramente a produtividade do fiscal.
9. A Bancada dos Servidores afirmou que o objetivo principal da categoria é a revisão do PCCS e um ajuste, dentro do possível, nas diversas remunerações (em rubricas distintas) percebidas pelos mais de 500 fiscais municipais. Entretanto, a categoria escolheu como primeira pauta da Mesa Setorial a reforma da GEFAE, por acreditar ser uma demanda que pode ser mais rapidamente atendida.

10. Portanto, quanto à Meta Global, decidiu-se levar a questão para a SEPOG, com a demanda clara da categoria de que o valor de R\$1.510,00 atualmente percebido pelos fiscais seja inegociável. **A proposta acordada entre os membros da Mesa foi que se coloque esse valor como sendo fixo em outra rubrica remuneratória (VB; VPR; GE etc.) ou, em caso de impossibilidade, como valor fixo na GEFAE.**
11. Em seguida, foi retomada a discussão acerca do valor do ponto. A Bancada do Governo esclareceu que, com o aumento do número de pontos na nova fórmula proposta, e de modo a respeitar o limite de R\$1.510,00 que está atualmente autorizado pela gestão para a GEFAE, o valor do ponto deve ser proporcionalmente reduzido. Ou seja, não se pode trabalhar em cima da hipótese de se ter uma fórmula que atinge um máximo de 2.000 ou 2.500 pontos com o valor do ponto ainda em R\$3,02, porque isso implica impacto financeiro ao município. O novo valor do ponto deve ser decidido quando da reunião com a SEPOG, PGM e SEFIN. Diante disso, a Bancada dos Servidores, então, solicitou que seja colocado no Decreto o valor atual do ponto (R\$3,02) para se trabalhar como piso demandado pela categoria, e a partir daí levar para a SEPOG, que certamente irá questionar e negociar. **A Bancada do Governo concordou em inserir o valor atual do ponto no texto do Decreto, porém enfatizou que não há consenso quanto a esse valor permanecer.**
12. Por fim, o Superintendente, Sr. Marcelo Pinheiro, informou que está agendada reunião ordinária da Mesa Setorial com o Dr. Philipe Nottingham, Secretário da SEPOG, para o dia 05 de janeiro/2016, e que os membros da Mesa aguardem convocação oficial da Secretaria Executiva. Em tal reunião, serão levados à discussão os pontos que não puderam ser acordados entre os membros da Mesa.
13. Foi entregue aos membros da Bancada dos Servidores cópia da lista de frequência desta reunião, para fins de comprovação de comparecimento junto às suas chefias.

#### **Encaminhamentos**

- A 2ª Reunião Ordinária da Mesa Setorial ocorrerá no dia 05.01.16, às 16hrs, na sede da SEPOG, com o Dr. Philipe Nottingham, Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão.